

A HISTÓRIA NO CONCEITO DE AUGUSTO COMTE

João RIBEIRO JÚNIOR

Introdução

Para se alcançar a importância da Lei dos Três Estados, base da Filosofia da História de Comte, é preciso não considerá-la em si mesma, mas colocá-la em relação com os outros elementos e referenciais do sistema comteano, particularmente, com os conceitos de **Humanidade**, de **Altruismo** e de **Consenso**. Isto significa que, para realmente se compreender o Positivismo, é necessário ter uma visão de conjunto da doutrina de Augusto Comte, e não apenas de uma de suas partes. Limitar ou isolar uma parte do sistema comteano, significa desnaturar o pensamento de Comte. Pretender criticar este ou aquele aspecto sem ver o sistema em sua unidade, resulta absolutamente arbitrário e inadequado para uma análise correta do Positivismo. O mesmo pode ser dito do Marxismo. Aliás "as semelhanças entre algumas das doutrinas de Comte e as de Marx são óbvias, mais perturbadoras - se se tem em conta a diferença entre os respectivos pontos de vista globais - são as semelhanças com certas idéias de Hegel". (Patrick Gardiner. **Teorias da História**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969, p.90).

Portanto, aqui, sem nenhuma pretensão de "dar razão" a Comte, mas apenas conhecer um pouco mais seu pensamento, procurei, resumidamente, fazer uma exposição comentada do que ele entende por História, através da análise da sua Lei dos Três Estados, que foi exposta nas seguintes obras: "Plan des travaux

scientifiques nécessaires pour réorganizer la société” in Apêndice Geral, do *Système de Politique Positive*, vol. IV, p. 77, da edição de 1854. Paris, Libr. Scientifique-Industrielle de L. Mathias; “Considerations philosophiques sur les sciences et les savants”, in obra citada, p. 137; *Cours de Philosophie Positive*, vol. I, lère leçon; vol. IV, 51 ème leçon, pp. 653-713, da edição de 1830. Paris. Rouen; *Discours sur l’esprit positive*, 1º capítulo da edição de 1844. Paris, Carilliau-Goeury et V. Dalmont; *Système de Politique Positive*, op. cit, vol. I, pp.33 a 625; vol. III, pp. 28 a 40; vol.IV, p.177; *Catéchisme Positiviste*, pp. 153 a 330, da 2ª ed. Paris, Leroux, 1874.

O Sistema Comteano

O ponto de partida do sistema de Comte é que o homem só conhece, e só pode conhecer, fenômenos, e que esse mesmo conhecimento é relativo, e não absoluto. Não se pode conhecer a essência, nem o modo real de produção, de nenhum fato, mas unicamente as relações de sucessão ou de semelhança dos fatos entre si, relações que são constantes, ou sempre as mesmas em condições idênticas. As semelhanças constantes que ligam os fenômenos entre si, e as sucessões constantes que os unem como conseqüentes a antecedentes, se denominam leis. As leis dos fenômenos - eis tudo o que se pode conhecer. Sua essência e suas causas últimas, quer eficientes, quer finais, são impenetráveis. Só se pode, pois, averiguar quais são as leis a que estão subordinados os fatos históricos; e se a História é uma ciência, qual é a lei fundamental, a que as suas leis especiais, ou derivadas, podem reduzir-se.

No sistema de Augusto Comte, a História é uma parte da Sociologia, como esta é um momento necessário da Filosofia. O Positivismo, enquanto filosofia, que pretende ordenar política e moralmente a sociedade, seria a natural conclusão do processo histórico.

Comte divide a Sociologia em duas partes: a *estática* e a *dinâmica*. A primeira limita o seu estudo ao organismo social em

suas relações com as condições de existência, traçando a teoria da **Ordem**, que se configura na teoria do consenso (solidariedade) ou dependência mútua dos fenômenos sociais. A sociologia estática ensina-nos que certos atributos gerais da natureza humana tornam possível a existência social, e que o homem tem uma inclinação espontânea para associar-se, que procura instintivamente, e sem se preocupar, o que se dá depois de um certo grau de adiantamento, com as vantagens ou interesses que se lhe deparam na vida coletiva. Ao lado dos sentimentos egoísticos tem o espírito humano uma certa benevolência natural, o **altruísmo**, sentimento mais fraco do que as inclinações pessoais, mas suficiente para manter a sociedade. O trabalho, que é uma injunção da natureza humana, sob o estímulo das duas correntes de sentimentos, modifica e melhora as condições do indivíduo e da sociedade. Pouco a pouco se vai formando o espírito de progresso em antagonismo com o espírito conservador, que alimentam os instintos pessoais, e daí a luta univesal entre as duas ordens de tendências. Constitui-se a família, que é a escola onde os homens aprendem o desinteresse e contraem os hábitos da conduta que exigem as relações sociais. Finalmente, um outro fenômeno verificado em todas as sociedades é a especialização das funções, que cada vez mais estreita entre os homens os vínculos do interesse e da simpatia. Tal é o campo da estática.

Na sociologia dinâmica estuda Comte as leis da evolução social, o Pgresso e é nesta parte que se encontra a **História**. Há nos fatos da vida humana uma evolução natural? Comte responde afirmativamente: o progresso natural consiste no aumento dos nossos atributos humanos em relação aos nossos atributos animais e puramente orgânicos, no domínio crescente da nossa humanidade sobre a nossa animalidade. Sendo as nossas faculdades mais elevadas de naturezas diversas, cumpre saber qual é a que exerce uma ação preponderante na evolução da espécie. Contra a opinião de que não são as idéias, mas os sentimentos que governam o mundo, como Herbert Spencer irá sustentar mais tarde, - Augusto Comte ensina que o desenvolvimento intelectual do gênero humano é o principal agente do seu progresso, porquanto o pensamento é o iniciador e o diretor de todos os nossos atos, ora agindo com a força que lhe é peculiar, ora servindo-se da força propulsora dos sen-

timentos. Examinando a ordem natural em que se tem verificado o progresso da inteligência humana, doutrina Comte que o modo geral como os homens concebem o universo deve influir em todas as outras concepções, e, pois, o fato predominante de nossa história intelectual deve ser a sucessão natural das teorias do universo. Ora, por três fases tem passado o pensamento humano, a teologia, a metafísica e a positiva. Logo, desse fato, o mais decisivo da evolução da humanidade, se infere a lei fundamental da História, ou seja, a Lei dos Três Estados.

A Lei dos Três Estados

Para John Stuart Mill, a Lei dos Três Estados é “a espinha dorsal da filosofia positiva” (A. Comte et le Positivisme. Paris, Baillié, 1868, p.14) enquanto que para L. Lévy-Bruhl é “a lei essencial da dinâmica e, portanto, de toda a ciência social” (La philosophie positive d’A. Comte. Paris, Alcan, 1900, p. 43).

Augusto Comte assim a formula: “Pela própria natureza do espírito humano, cada ramo de nossos conhecimentos é necessariamente sujeito, em sua marcha, a passar, sucessivamente, por três estados teóricos diferentes: o estado teológico ou fictício; o estado metafísico ou abstrato e, por fim, o estado científico ou positivo.” (“Plan des travaux scientifique nécessaires pour réorganizar la société” in Apêndice do *Système*, vol. IV, p. 77). Esta passagem deve ser feita “sempre de acordo com a ordem de generalidade decrescente e de complicação crescente dos fenômenos correspondentes”(“Considerations philosophiques sur les sciences et les savants” in op. cit, p. 137).

Salienta Lévy-Bruhl, célebre por seus estudos sobre a mentalidade primitiva, que Augusto Comte, “em vez de deter-se na realidade concreta da história(...) determinou, através de uma abstração ousada, a lei do movimento essencial da sociedade humana, deixando a trabalhos ulteriores o cuidado de reduzir a ela as anomalias aparentes”. (op. cit, p. 125; e também, Comte, *Cours de Philosophie Positive*, vol. VI, p. 758).

Assim, para Comte (embora com menos brilhantismo e consciência dos seus resultados já Turgot na sua *Histoire des progrès de l'esprit humain* (1750) tinha esboçado fases de evolução a que se podem atribuir os termos usados por Comte), primitivamente, todos os fatos e acontecimentos do universo são atribuídos à vontade dos seres sobrenaturais: é o período teológico, que se caracteriza pela busca da natureza íntima dos seres, suas causas primeiras e finais; e para isso se recorre ao concurso de agentes sobrenaturais que serviriam para explicar todas as anomalias do universo, que a mente humana ainda não compreende. Este período divide-se em três fases: o fetichismo, o politeísmo e o monoteísmo. Sob o fetichismo supõe o homem que todos os corpos são dotados de vida análoga à sua: adora-se um rio, uma montanha; tudo se diviniza. A astrologia forma a passagem do fetichismo para o politeísmo, fase em que se explicam todas as grandes classes de fenômenos pela ação de deuses invisíveis. Finalmente, o homem concebe o conjunto de todos os fenômenos como produto de uma só vontade, acredita em um deus único, e temos o monoteísmo.

O espírito metafísico, cuja influência se faz sentir desde a época do fetichismo, vai a pouco e pouco minando os fundamentos do teologismo, e substituindo as crenças pelas abstrações realizadas, pelas essências, pelas qualidades, pelas virtudes residentes nas coisas. Não é mais um deus que produz e dirige cada uma das operações da natureza; é um poder, uma força, ou uma qualidade oculta, que se reputa uma existência real, inerente aos corpos concretos, posto que deles distinta. Em lugar das driades, que tinham por função velar pelas árvores, que só podiam ser abatidas quando não mais contassem com sua proteção; cada árvore, assim como cada animal, possui agora alma vegetativa, que se transforma depois em uma força plástica, e mais tarde em um princípio vital. O homem procura conhecer as causas primeiras e as causas finais. A explicação dos fenômenos consistiria em assinalar-lhes sua entidade correspondente.

Ao cabo de um certo espaço de tempo, o homem vai compreendendo que todas as especulações e pesquisas nesse terreno são ociosas, que não lhe é dado conhecer a causa primeira ou o fim do

universo, e que das coisas apenas pode-se saber as propriedades e as relações de coexistência e de sucessão. É o estado positivo, no qual o espírito humano se despede das ilusões da infância e da juventude da humanidade, reconhece os limites da sua faculdade de conhecer, e dentro deles se encerra. Agora, a autentica explicação dos fatos consiste em coordenar os diversos fenômenos particulares sob a universalidade e unidade de alguns fatos gerais que as ciências deveriam limitar ao menor número possível.

Segundo Augusto Comte cada estado foi inevitável, útil e necessário para seu tempo e seu meio; mas o terceiro, o positivo, é o melhor, absolutamente bom e definitivo.

Para justificar a Lei dos Três Estados, Comte, em seu *Cours de Philosophie Positive* (primeira lição) apresenta três argumentos: 1º é um argumento de fato, tirado da história geral das ciências: "Em primeiro lugar parece-me suficiente enunciar uma tal lei para que sua exatidão seja imediatamente verificada por todos que têm algum conhecimento da história geral das ciências. Com efeito, não existe uma só, chegada hoje ao estado positivo, e que não tenha sido no passado (como é fácil de ver) essencialmente composta de abstrações metafísicas, e indo ainda mais longe, completamente submetida às concepções teológicas". 2º é um argumento de analogia, que procede "considerando o desenvolvimento da inteligência individual": "O ponto de partida sendo necessariamente o mesmo na educação do homem-indivíduo como na da espécie humana, as várias fases principais da primeira devem representar as épocas fundamentais da segunda. Ora, cada um de nós, examinando sua própria história, não se lembra do que foi sucessivamente, com respeito a seus conhecimentos os mais importantes, teológico na sua infância, metafísico na sua mocidade, e físico na sua idade viril?". 3º é um argumento a priori. Invoca "a necessidade, em todas as épocas, de uma teoria qualquer para ligar os fatos, combinada com a impossibilidade evidente, para o espírito humano na sua origem de formar teorias segundo as observações". Mais adiante, Comte explicando seu pensamento prova a exatidão de sua lei, porque (pretende ele) "visto a natureza de nosso espírito que quer a um tempo observar os fatos e explicá-los por uma teoria

unificante, foi preciso que na origem explicássemos os fatos por princípios externos, mais tarde por princípios internos, enfim, por eles mesmos, nos contentando desta vez de observar os fatos, abstando-nos de procurar as causas finais e primárias, e ligando-os a um fato geral”.

Assim, seu método histórico, embasado no do filósofo iluminista Condorcet (*Esquisse d'un Tableau Historique des Progrès de l'Esprit Humain*, 1795) pode ser esquematizado da seguinte maneira: O primeiro estado, o **teológico**, abarca desde os povos primitivos até as civilizações da Grécia, Roma e Idade Média. Nela estaria representado o monoteísmo, concepção culminante do período teológico, que deu lugar a divisão política do poder em espiritual e temporal. (A teoria da Idade-Média ocupa na filosofia da história de Comte um lugar preponderante). O monoteísmo teocrático e monárquico ao reunir as forças divinas em um só ser intemporal e fora do mundo, contribuiu, segundo Comte para a abstração do estado social, abrindo caminho para o estado **metafísico**, que irá se desenvolver com o Renascimento, chegando até a crise da Revolução Francesa. O protestantismo, a revolução e as idéias liberais foram para Comte os fatores críticos que operarão a dissolução da ordem medieval. Mas como os novos tempos da era industrial exigiam que se superasse a fase crítica para entrar na construção da autêntica ciência positiva e da nova sociedade cientificamente organizada, o novo estado, o **positivo** voltou aos princípios da unidade e universalidade da Idade Média, porém, agora livre de qualquer elemento transcendental. Este estado consiste em uma comum estrutura social, um único pensamento, uma total unidade de sistematização, e um só protagonista: a Humanidade, na totalidade real e ideal do presente, passado e futuro históricos, cuja trajetória devera culminar na Religião da Humanidade.

A partir desse esquema, Comte intenta uma reconstrução totalizante da história universal: as instituições, as manifestações culturais, artísticas, religiosas, etc, são interpretadas como o desenvolvimento histórico de uma só consciência coletiva, cuja única finalidade, em seu progresso sistemático, ininterrupto e necessário, é o domínio industrial da natureza, e cuja imediata consequência é uma forma determinada de estruturação sociológica.

O historicismo de Comte é crítico (isto é, utiliza da história como instrumento de crítica, de diagnóstico das enfermidades da humanidade e de explicação etiológica de tudo aquilo que se quer demolir), pois a evolução da consciência tem um ritmo de posição de uma etapa e superação sucessiva da mesma, uma vez que o progresso (a idéia que Comte tem de progresso é a mesma da de Condorcet) é concebido como a passagem de umas a outras formas, sendo estas incompatíveis, a antiga e a nova. Daí a importância e a necessidade da crítica; função atribuída sempre à forma mais moderna da consciência, e que se exercita sobre a forma que há de sepultar-se no passado. Por outro lado, a crítica de Comte à religião e à metafísica são inseparáveis de seu pensamento; neste sentido poder-se-ia considerar que o historicismo comteano implicitamente é dialético. Talvez de uma dialética que se aproximaria muito mais de Hegel do que de Marx.

Algumas Dúvidas e Contradições

A filosofia da história de Augusto Comte ocupa mais de um terço do *Cours de Philosophie Positive* (além das outras obras citadas). Assim, aconselha Stuart Mill, que “quem quer que se negue a crer que da filosofia da história se possa fazer uma ciência, deve suspender o seu juízo até haver lido esses volumes de Augusto Comte”. (op. cit, pp. 106-107).

Mas, após lê-los surgem dúvidas e contradições. Isto talvez ocorra, porque Comte não teve tempo para terminar sua Síntese: *Synthèse Subjective* ou *Système Universel des Conceptions propes à l'état normal de l'Humanité*, cujo primeiro volume foi publicado em 1856, e ele faleceu em 1857. Esta obra devia compor-se de três partes, das quais ele só pôde escrever a primeira, que tem por título “Sistema de Lógica Positiva ou Tratado de Filosofia Matemática”. A segunda parte teria sido um tratado de “Moral teórica, instituindo o conhecimento da natureza humana e de Moral prática ou teoria positiva da educação”. O “Sistema de Indústria Positiva” devia formar a terceira parte. Augusto Comte

apenas deixou o plano geral dessas últimas obras, com numerosas indicações esparsas nos seus outros escritos.

Há ainda questões pendentes, tais como:

É cientificamente exato que o espírito humano começou pelo estado teológico, passou pela fase metafísica, e entrou definitivamente no período positivo? Podemos com segurança dividir a história nessas três etapas?

Por estranho que pareça é o próprio Augusto Comte quem responde, e o faz negativamente.

No *Cours de Philosophie Positive*, vol. IV, pp. 694-695, ele afirma: "A falar com exatidão, a filosofia teológica, mesmo em nossa primeira infância, individual ou social, não tem podido rigorosamente universalizar-se, isto é, em relação a todas as ordens de fenômenos os fatos mais simples e mais conhecidos foram sempre considerados essencialmente sujeitos à leis naturais, e não atribuídos à vontade arbitrária de agentes sobrenaturais. O ilustre Adam Smith, por exemplo, notou com muita felicidade que em nenhum tempo, nem em país algum, se descobriu um deus de peso. Verifica-se a mesma coisa, em geral, até no domínio dos assuntos mais complicados, quanto aos fenômenos bastante elementares e bastante familiares para impressionarem espontaneamente o mesmo preparado observador pela perfeita invariabilidade de suas relações efetivas. Na ordem moral e social, que uma vã oposição pretende hoje vedar sistematicamente à filosofia positiva, tem-se tido necessariamente a noção das leis naturais no que concerne aos fenômenos mais simples da vida cotidiana, como evidentemente exige a conduta geral de nossa existência real, individual ou social, que nunca teria podido comportar qualquer providência, se todos os fenômenos humanos tivessem sido rigorosamente atribuídos a agentes sobrenaturais, porquanto desde então a oração teria logicamente constituído o único recurso imaginável para influir sobre o curso habitual das ações humanas. Pelo contrário, importa notar, a este respeito, que foi o esboço espontâneo das primeiras leis naturais peculiares aos atos individuais ou sociais que ficticiamente apli-

cado a todos os fenômenos do mundo externo, forneceu no começo, de acordo com as nossas precedentes explicações, o verdadeiro princípio fundamental da filosofia teológica. Assim, o germe da filosofia positiva é tão antigo, no fundo, quanto o da filosofia teológica, sem embargo de se ter desenvolvido muito mais tarde. Tal noção importa em muito à perfeita racionalidade de nossa teoria sociológica, porquanto, não podendo a vida humana oferecer nenhuma verdadeira criação, mas uma simples evolução gradual, não se compreenderia o surto final do espírito positivo, se desde os tempos primitivos se não tivéssemos verificado os seus primeiros rudimentos necessários”.

Stuart Mill, um pensador independente que gravita em torno do pensamento de Comte e tempera sua doutrina para o gosto sofisticado de seus contemporâneos, também faz restrições à Lei dos Três Estados: “Não se deve crer que a matemática, desde que começou a ser cultivada, tenha jamais passado pela fase teológica. Provavelmente nunca houve homem convencido de que era a vontade de um deus que impedia as linhas paralelas de se encontrarem, ou que fazia da soma de dois e dois quatro, assim como nunca houve quem suplicasse aos deuses a graça de tornarem o quadrado da hipotenusa igual a quantidade maior ou menor que a soma dos quadrados dos catetos. Os crentes mais devotos têm reconhecido nas proposições da natureza dessas, uma classe de verdades independente da onipotência divina”. (op. cit, p.48).

O discípulo amado de Comte, Littré, reputando empírica a Lei dos Três Estados, propunha para substituí-la que se dividisse a história da humanidade em quatro épocas: a mais antiga é a em que os homens sofrem o império preponderante das necessidades; em seguida vem a idade das religiões, do desenvolvimento da moral e das primeiras nações civis e religiosas; a terceira é a idade das artes, na qual o sentimento do belo engendra as construções e os poemas; finalmente, se abre a idade da ciência, em que a razão se consagra às investigações da verdade abstrata”. (Auguste Comte et la Philosophie Positive. Paris, Boureaux de la philosophie e positive, 1877, pp. 49-50).

A Título de Conclusão

A divisão da História, de Comte e dos positivistas, tem o defeito de partir do pressuposto de que os desenvolvimentos especiais da atividade humana formam períodos sucessivos da História, quando na realidade esses desenvolvimentos se realizam simultaneamente.

A reflexão sobre os fatos históricos, desde a mais alta antiguidade nos convence de que as idéias teológicas, metafísicas e positivas, têm sempre coexistido. As três ordens de concepções não assinalam períodos sucessivos do pensamento humano, porém modalidades sincrônicas, ainda que de direções diferentes de conhecimento e contemporâneos das idéias que formamos sobre os fatos.

Se desde os tempos primitivos o homem formou idéias positivas sobre os fenômenos, aprendeu-lhes numerosas leis, de ordens diferentes de conhecimentos, como reconhecem Comte e Stuart Mill; no período atual, denominado **positivo** (de acordo com a terminologia positivista), as concepções teológicas e metafísicas subsistem perfeitamente ao lado das verdades científicas.

Daí o positivista heterodoxo Herbert Spencer (que nega validade à **Lei dos Três Estados**, mas aceita a teoria comteana da evolução da sociedade) afirmar que "a religião e a ciência são necessariamente correlatas; representam dois modos antitéticos da consciência, que não podem existir separados: são os polos negativo e positivo do pensamento, um dos quais não pode crescer em intensidade sem aumentar a do outro. A certeza da existência do **poder insondável** (o incognoscível) tem sido sempre o fim que a inteligência tem procurado atingir". (*Les Premiers Principes*. Paris Schleicher Frères, Editeurs, 1092, pp. 94-95).

O próprio Augusto Comte reconheceu esta verdade, quando criou a **Religião da Humanidade**. Que melhor argumento contra a **Lei dos Três Estados**, do que a confissão de seu próprio autor, de que a Humanidade ia entrar em um "quarto estado", no qual a ciência e a religião deveriam coexistir por toda a continuação da História?